



[Atribuição BB CY 4.0](#)

POLÍTICAS DA MEMÓRIA ENTRE BECOS E VIELAS: AS SOBREVIDAS NO PÓS-ESCRavidÃO

Luís Thiago Freire Dantas¹

Guilherme Souza Ciqueira²

Victoria Maria de Sousa Soares³

Resumo

O cenário filosófico, científico e educacional que nos atravessa é influenciado diretamente pela construção da modernidade europeia. Com as primeiras digressões modernas determinando uma linha de valores que moldaram uma noção de ser humano. Diante disso, podemos pensar que as narrativas escolhidas para compor um livro literário, por exemplo, só têm sentido se expressarem o desejo e o anseio do colonialista. Até mesmo o cenário estereotipado pelo imaginário colonial perpassa por essa ânsia. Nessa linha de invenção pensamos, neste artigo, em estabelecer como a construção de paradigmas europeus fundamentou uma imagem do que seja humano, provocando, assim, a negação de outras humanidades. Essa negação, e esse é o nosso argumento, resulta na presença histórica da escravidão transatlântica, que, ao contrário de outros sistemas escravocratas, objetificou o outro. A partir de uma abordagem teórico-analítica, dividimos o texto em duas seções: a primeira, fundamentada em Saidiya Hartman, discute como o indizível constitui a política dos arquivos sobre a ocultação das memórias das pessoas subalternizadas; a segunda se dedica à obra de Conceição Evaristo, especialmente *Becos da Memória*, para exemplificar como

¹Doutor em Filosofia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. E-mail: fdthiago@gmail.com

²Licenciando em História na UERJ. E-mail: guiciqueira3@gmail.com

³Graduada em Letras na UERJ. E-mail: victoriamaria.s2020@gmail.com

a literatura negra feminista pode operar como um local de memória viva e projetora de vozes.

Palavras-chave:

Arquivo histórico; Colonialismo; escrita literária; historiografia; subalternidade.

Recebido em: 20/02/2025
Aprovado em: 15/07/2025

619

MEMORY POLICIES IN ALLEYS AND NARROW STREETS: SURVIVALS IN THE POST-SLAVERY ERA

Abstract

The philosophical, scientific, and educational landscape that surrounds us is directly influenced by the construction of European modernity. The early modern digressions established a line of values that shaped a notion of what it means to be human. In light of this, we can consider that the narratives chosen to compose a literary book, for example, only make sense if they express the desires and aspirations of the colonialist. Even the stereotypical scenarios shaped by the colonial imagination are permeated by this longing. Along these lines of invention, this article seeks to establish how the construction of European paradigms grounded an image of what is considered human, thereby provoking the denial of other humanities. This denial, and this is our argument, results in the historical presence of transatlantic slavery, which, unlike other slave systems, objectified the other. Adopting a theoretical-analytical approach, we divide the text into two sections. The first, grounded in Saidiya Hartman's work, examines how the unspeakable shapes the politics of archives—particularly their role in erasing the memories of subalternized peoples. The second section engages with Conceição Evaristo's *Alleys of Memory*, demonstrating how Black feminist literature functions as both a living site of memory and a space that amplifies marginalized voices.

Keywords

Historical archive; colonialism; literary writing; historiography; subalternity.

O cenário filosófico, científico e educacional que nos atravessa é influenciado diretamente pela construção da modernidade europeia. Em grande medida, as primeiras digressões modernas determinaram uma linha de valores que moldaram uma noção de ser humano. Com isso, a separação entre civilização e barbárie, por exemplo, é orientada pela perpetuação de tais valores, e aquela que estivesse ausente necessitaria de uma intervenção para tornar-se parte da humanidade. O estabelecimento desses valores fundamentou-se precisamente nas descobertas de continentes promovidas pelas expansões marítimas, como é o caso da expedição de Colombo que, no desejo de encontrar outras rotas para as Índias, depara-se com um outro território, o qual expressa uma descoberta e é nomeado como América. A questão é que ali já havia humanos, e entre os nomes daquele lugar, como *Abya Yala* (terra fecunda), nenhum foi considerado. Porém, aquilo que parece uma mera surpresa de rota, para Enrique Dussel (1993, p. 8) torna-se o pilar da modernidade europeia: “De maneira que 1492 será o momento de ‘nascimento’ da Modernidade como conceito, o momento concreto da ‘origem’ de um ‘mito’ de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de ‘en-cobrimento’ do não-europeu”.

Uma das consequências é a cisão de mundos, de maneira que a existência do não-civilizacional confirma a própria civilização, ou, conforme Cleber Cristiano Prodanov (1990, p. 29): “Paulatinamente, a questão do velho e do novo começa a revelar-se. O Velho Mundo une-se ao Novo e, na experiência da reprodução cultural, acaba gerando a denúncia e a crítica de seus próprios valores”. Nesse processo, novos elementos são apresentados ao cotidiano dos conquistadores e fomentam a necessidade dos europeus de transplantar os valores da cultura cristã europeia para o Novo Mundo. Isso fundamenta as digressões de Edmundo O’Gorman (1992), que argumenta que o continente americano foi forjado no imaginário antes de sua “descoberta”. Em outras palavras, “a real, verdadeira e literalmente a América, como tal, não existe, apesar da existência da massa de terras não submersas que, no decorrer do tempo, acabará por atribuir-lhe sentido, esse significado” (O’Gorman, 1992, p. 99).

Justamente nessa linha de invenção é que pensamos, neste artigo, em estabelecer como a construção de paradigmas europeus fundamentou uma imagem do que seja humano, provocando, assim, a negação de outras

humanidades. Mais precisamente, acompanhando Walter Mignolo (2007), essa “América” só obteve sentido em referência ao processo histórico colonial europeu, com suas expansões de ideias e instituições ocidentais: “‘Descobrimento’ e ‘invenção’ não são unicamente duas interpretações distintas do mesmo acontecimento: são parte de dois paradigmas distintos. A linha que separa esses dois paradigmas é a da transformação em geopolítica do conhecimento” (Mignolo, 2007, p. 29). Uma geopolítica que, de acordo com Frantz Fanon (2023), transparece uma culpabilidade às pessoas colonizadas, já que “decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, jamais se sabe se passou ou não do limite. Diante do mundo organizado pelo colonialista, o colonizado a todo momento se presume culpado” (Fanon, 2023, p. 45). Por conseguinte, as expressões culturais e artísticas são invisibilizadas caso não sejam adequadas à régua colonial.

Diante disso, podemos pensar que as narrativas escolhidas para compor um livro literário, por exemplo, só têm sentido se expressarem o desejo e o anseio do colonialista. Até mesmo o cenário estereotipado pelo imaginário colonial perpassa por essa ânsia. Ou, como indica Gayatri Spivak (2022), a dificuldade da filosofia e da literatura em lidar com o informante nativo consiste na impossibilidade de visualizar, por exemplo, uma “cultura latino-americana” sem que seja atribuída ao personagem Caliban, “excluindo considerações específicas sobre as civilizações dos Maias, dos Astecas, dos Incas ou das nações menores daquela que é hoje chamada de América Latina” (Spivak, 2022, p. 153). Essa dificuldade, e esse é o nosso argumento, transparece devido à presença histórica da escravidão transatlântica, que, ao contrário de outros sistemas escravocratas, objetificou o outro. Fato que transparece suas consequências até atualmente. Por isso, pensadoras como Saidiya Hartman (2021) voltam-se contra os arquivos, pois neles há uma “economia libidinal sobre a escravidão”, que revela a história e a literatura envoltas pelo limite do indizível, mas cada vez mais recorrentes como uma política da memória: “Eu era negra, e uma história de terror havia produzido tal identidade. O terror era o ‘cativeiro sem possibilidade de fugir’, a violência inevitável, a vida precária” (Hartman, 2021, p. 53).

Assim, neste artigo, argumentaremos como a escravidão projetou a América Latina como esse território do não-ser para o imaginário colonialista. A partir desse fenômeno, ratificou-se a necessidade de uma referência europeia para nortear as expressões artísticas e culturais, já que aqui é um lugar de

encontro entre africanos e ameríndios. Para isso, organizamos primeiramente uma seção que avança na questão da memória histórica, o ocultamento daquelas que não podiam ser relatadas, e, em seguida, por meio da literatura feminista negra, apresentamos uma ação contrária a esse ocultamento. Assim, recorreremos a Conceição Evaristo para exemplificar como os becos da memória articulam vivências que não podem ser apagadas.

VIELAS DO ESQUECIMENTO

A obliteração das memórias de grupos minoritários desencadeia efeitos prolongados de uma sensação de falta, de inadequação completa sobre a pessoa não-branca, além de transpor visões externas para encaixar as minorias em estereótipos das civilizações na perspectiva do opressor. Não gratuitamente, “a colonização foi um verdadeiro espetáculo de encobrimento do outro. O indígena e o africano tornaram-se, pelas narrativas do europeu, sujeitos desprovidos de complexidade, de sabedoria, de cultura, de política, de filosofia e espiritualidade” (Missiato, 2021, p. 257). E, nisso, o discurso sobre outras culturas ampliou-se em um imaginário sobre aquelas que não estão em conformidade com a europeia, como sendo vidas inferiores, objetificadas e animalizadas.

A efetivação desse discurso perpassa pelo apagamento da memória, pois nela encontra-se uma problemática atuante ao longo da história e com constantes reformulações nas dimensões políticas das populações negras. As origens africanas de tais populações vinculam-se à criação de culturas que resistem à brutalidade da opressão colonizadora para afirmar suas vidas. Desde as colônias do Norte até as do Sul das Américas, a população negra permeia os continentes, construindo a diversidade etnográfica com suas formas de organização, expressões culturais, religiosidades e modos de vida, que sobreviveram apesar da escravidão. Assim, expressões de resistência ao processo de coisificação ao qual estavam submetidos foram forjadas por meio da instauração de uma rede de solidariedades, pois “nas bocas dos africanos negros do chamado ‘Novo Mundo’, o inglês foi alterado, transformado e se tornou uma fala diferente. Os negros escravizados pegaram fragmentos do inglês e o transformaram em uma contralíngua” (hooks, 2013, p. 226). E nas músicas entoadas nas *plantations*, “Muitas vezes, o inglês usado na canção reflete o mundo quebrado, despedaçado, dos escravos” (hooks, 2013, p. 227).

Essa estratégia tornou-se essencial, pois a escravidão moderna transformou-se em uma ferramenta de controle com princípios brancos europeus, com um sistema de trabalho colonial de exploração das terras para a metrópole. A mão de obra escrava torna-se uma nova figura na hierarquia colonial, tomando posse de um escravo e elevando a sua influência e privilégio, pois possuir escravos é ter status social. Por isso, Achille Mbembe (2018) retrata a escravidão como princípio biopolítico, enfatizando que o sinônimo do conceito escravista está no signo da perda: “De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale à dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral)” (Mbembe, 2018, p. 131). A escravidão aponta efeitos acerca da perda de um sujeito em sua aniquilação da liberdade; esse sujeito é distanciado do status de humano para se tornar produto, uma mercadoria, pois “O complexo escravagista atlântico, no centro do qual se encontra o sistema de plantation no Caribe, no Brasil ou nos Estados Unidos, foi um elo notório na constituição do capitalismo moderno” (Mbembe, 2018, p. 93).

Em decorrência, se exemplificarmos o território brasileiro, a principal representação de opressão sobre os povos reafirma os indígenas e os negros como aqueles que tiveram desventuras emergidas no novo modelo econômico e social. O indígena observou sua terra tornando-se exploração de riquezas e, posteriormente, uma propagação de enfermidades: “Depois que os brancos chegaram à nossa floresta, a fumaça da epidemia, *xawara e wakixi*, os seguiu para ficar. Por isso, desde então, estamos o tempo todo doentes” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 157). Os negros foram inseridos no contexto de um novo mundo, atribuídos negativamente pelo sistema e impulsionados pela miscigenação, em uma criação de novas estruturas sociais baseadas no embranquecimento da cor da pele, sendo esse embranquecimento (principalmente pensando na realidade brasileira) um plano de etapas em que a mestiçagem torna-se o elo social para que um país seja socialmente atribuído de valores europeus: “Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença e sugere, no limite, um ideal implícito de homogeneidade, entre outras consequências, a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados” (Munanga, 1999, p. 110).

Assim, no Brasil, com as políticas públicas após a pressão pela abolição da escravatura, a população negra fora efetivada pela transformação do mercado

econômico global, que reformula o seu destino depois da liberdade oficial do regime. Pois, aos olhos do mundo, o território brasileiro foi visto como modelo de uma democracia racial. Apesar de que Henry Louis Gates Jr. (2011), mesmo com seu olhar estadunidense, percebeu o paradoxo entre a democracia racial e a libertação tardia:

Eu sabia também que o Brasil era um lugar de contradições. Foi o último país do hemisfério Ocidental a abolir a escravidão, em 1888, pouco depois de Cuba (1886). Mas foi também o primeiro a afirmar estar isento de racismo, e a tese da ‘democracia racial’ de Gilberto Freyre era considerada uma doutrina oficial brasileira (Gates, 2011, p. 19).

Em grande medida, o branco, entrelaçado à cultura europeia, era associado ao conceito de civilizado, enquanto o negro era associado a características selvagens. A discriminação passa a ser afirmada pelo domínio da posse mercantil e pela extinção cultural, promovendo uma destruição interna por um Estado que frequentemente oprime, de formas mortais, as figuras marginais da sociedade: “Da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta” (Gates, 2011, p. 22). Aos olhos do conquistador, a vida selvagem é apenas outra forma de “vida animal”, uma experiência assustadora, algo alienígena, além da imaginação ou compreensão do colonizador, para quem “o que diferencia os selvagens de outros seres humanos é menos a cor de suas peles e sim o medo de que se comportem como parte da natureza, que a tratem como mestre irrefutável” (Gates, 2011, p. 22). Dessa maneira, a margem social sempre foi um local de fuga do sistema, ao proliferar novas tradições baseadas em um passado e na cooperação de povos marginalizados.

No universo brasileiro, Abdias do Nascimento desenvolveu um modelo ideal de organização social, política e econômica a partir de uma interpretação diaspórica. O autor destaca as práticas ancestrais das comunidades negras do país, caracterizadas pelo senso de comunidade, em que o arquétipo mental do homem e da mulher africanos serve de base e estrutura das referências culturais da sociedade brasileira. Sendo o negro e seus descendentes a maioria da população brasileira, não haveria sentido em sua cultura, história, crenças e hábitos serem considerados inferiores frente ao exotismo dos seus congêneres europeus e norte-americanos (Dória, 2020, p. 8).

Embora mencionado anteriormente, a idealização de uma cultura manipula a visão das minorias, pois a branquitude torna-se um ideal cultural, demonizando as características negroides. O meio epistemológico permeia não apenas a história, mas também as artes, as políticas e as filosofias. Chimamanda Adichie (2020) relata um dos perigos da história única, uma visão de mundo que influencia a percepção mental, introduzindo uma ficção narrativa da realidade para se formar em uma visão única:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que outro’. [...] O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com ‘em segundo lugar’. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente (Adichie, 2020, p. 8).

O campo do conhecimento, por exemplo, é repleto de referências europeias, menosprezando a multiplicidade fora da Europa. A marginalização da história é um memoricídio de povos com singularidades próprias, um ato pautado na política colonial de homogeneização através de uma política de esquecimento, pois “o memoricídio é uma prática incursa nas vontades e projetos coloniais que se recusa a incorporar os bens dos povos colonizados nos espaços memoriais das sociedades” (Missiato, 2021, p. 260). Dessa maneira, abre-se um esquema político que, para Missiato, explora o esquecimento como fonte de memórias, ressaltando as histórias de relatos e gravuras de escravos e apagando os atos heroicos: “Neste país, cresce-se ouvindo histórias referentes ao sobrenome; estas não dizem respeito à identificação de pessoas negras, são histórias brancas. Toda pessoa branca se orgulha em falar de sua ancestralidade, de sua origem italiana, polonesa, espanhola, portuguesa, alemã etc.” (Missiato, 2021, p. 253). Por outro lado, a história negra sempre é pontuada como uma tragédia ou encurralando a ancestralidade em um incômodo a ser estudado: “A dificuldade de se lidar com o tema parecia tanta que mesmo setores progressistas se recusaram, durante certo tempo, a fazer a pergunta (por que a ausência de História da África e dos africanos no Brasil nos conteúdos escolares?) uma questão” (Lima, 2004, p. 3).

Entre muitos problemas citados sobre a escravidão e seu legado contínuo como uma política de esquecimento, há aquele que se contrapõe ao legado de etnocídio⁴ e propõe a afirmação de memórias, tornando grupos minoritários uma resistência ao sofrimento e à sua autoafirmação identitária. Pois, quando se revisa a história negra no Brasil, desde a colonização, a atmosfera de violência ou sofrimento é contínua. O problema é que a escravidão tornou-se um tabu, algo incômodo que a maioria das pessoas deseja esquecer ou até não perceber que, no território brasileiro, a violência é o fundamento das interações. Assim, esse pensamento é repetido: o sentimento de dor marcado na pele continua até a contemporaneidade, e o tabu acerca do tema é um efeito negativo e preconcebido pela escravidão. Embora o tratamento negativo seja evidente, a história das criações negras no território é pouco explorada. Essa perspectiva se faz presente nas *slave narratives*, ou seja, relatos autobiográficos de pessoas escravizadas que narram suas próprias experiências. Como é o caso de Harriet A. Jacobs, Mary Prince, Mattie J. Jackson, 'Old Elizabeth' e o célebre Frederick Douglass. Através desse estilo literário, torna-se explícito como os espaços marginalizados transformaram-se em territórios de criação cultural para resistir à opressão:

Foi como chegasse a esta constatação: para que nos serve a história? Não preciso dela, enquanto não possuo poder. Ela serve àqueles que detêm e se registram através do tempo enquanto poder. Neste país, minha vida não é poder, mas tem outras expressões tão ou mais importantes que isso. [...]. A história é como o campo, o território dos vencedores. Não adiantaria contrapô-la a uma história dos vencidos. Ainda não fomos vencidos. Os assim chamados são indivíduos de muitas histórias, pequenas mas fartas e fascinantes histórias (Nascimento, 2022, p. 90).

Para alcançar essas histórias, Hartman busca a história na visão do sujeito oprimido, tornando-o protagonista de uma narrativa que, por muito tempo, o excluiu da sociedade, a partir de um método denominado pela autora de “fabulação crítica”. No artigo “Vênus em dois atos”, a história de jovens escravizadas que têm seus nomes reduzidos à Vênus é revisada, e a problemática envolve essa representação anônima de todas as escravizadas esquecidas nas

⁴ O termo etnocídio foi inicialmente, utilizado pelo antropólogo francês Robert Jaulin para designar o processo de destruição sistemático de um povo, não necessariamente físico mas pela viabilidade do apagamento completo de uma cultura. A partir dessa concepção, diversos autores desenvolveram interpretações vertentes, como Pierre Clastres que destacou como a violência colonial direciona não somente para os corpos, mas para a “alma” de um povo, a sua cultura. Com isso, a ação é sutil sem qualquer percepção imediata de suas consequências.

escrituras, sem memórias, tornando-se apenas uma demarcação de falta de profundidade:

Não se pode perguntar ‘Quem é Vênus?’, porque seria impossível responder a essa pergunta. Há centenas de milhares de outras garotas que compartilham as suas circunstâncias, e essas circunstâncias geraram poucas histórias. E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras. O arquivo, nesse caso, é uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade, um tratado médico sobre gonorreia, umas poucas linhas sobre a vida de uma prostituta, um asterisco na grande narrativa da História. Dado isso, ‘é, sem dúvida, impossível apreender [essas vidas] de novo em si mesmas, como se elas estivessem ‘em um estado livre’ (Hartman, 2020, p. 15).

628

A afirmação da existência de Vênus é marcada pela escravidão. Taxar pessoas negras como apenas “escravos” retira a importância de suas histórias pessoais, preconcebendo uma narrativa unicelular do sofrimento. Contar histórias carregadas de sofrimento e afirmadas como algo negativo desvincula o prazer de descobrir a origem da pessoa. O ser humano não é taxado apenas por uma parte de suas experiências; existe uma profundidade capaz de ampliar o horizonte singular da pessoa, transformando a simplicidade da escravidão em uma influente resistência. Hartman afirma possibilidades sobre as mulheres escravas e busca a profundidade que o tempo apagou dos documentos.

O questionamento central é recontar as histórias perdidas ou esquecidas com o tempo, com o apagamento físico e documental. A história destaca o lado vitorioso europeu e branco, no qual os escravos são objetos de um sistema, uma mercadoria que precisava de controle. Por isso, a autora forja, com o conceito da fabulação crítica, uma forma de desvelar a profundidade de personagens históricos, escavando origens e possibilidades. A capacidade de “imaginar” eventos passados e analisar essas “narrativas fantasiosas” pode influenciar um conto literário, porém as análises podem levar a concretizar as possibilidades dos destinos.

Hartman reconta histórias de um passado perdido, transportadas por possibilidades dos destinos das pessoas. A literatura remete a um documento passado. Analisando historicamente, a autora utiliza fontes e transfere um significado, criando finais alternativos, uma forma de especulação, uma teoria final, algo que pode ser englobado no meio acadêmico. Com histórias apagadas de povos minoritários, a história, com poucos registros, procura obter respostas

de uma veracidade, ou seja, revela teorias dos acontecimentos. As histórias relatadas, ficcionais ou não, retomam o passado esquecido, como é o caso de Conceição Evaristo, que reafirma sua história, ou melhor, o descobrimento de histórias esquecidas do passado, tal como um beco das memórias.

BECOS DAS LEMBRANÇAS

A continuação do colonialismo se dá de diversas maneiras, e a criação de narrativas é uma delas. Com a história relatada pelo vencedor, vemos o lado do colonizador sobre o processo colonial e a escravidão, geralmente impondo uma classe como dominante e inferiorizando outras narrativas com seus binarismos: herói/vilão, civilizado/selvagem. Dessa forma, há a submissão, a reafirmação da pobreza e a invalidação da narrativa do outro. As narrativas passam a ser contadas (tanto historicamente quanto literariamente) pela perspectiva branca, que pretende dar continuidade a um apagamento da memória, pois “houve sempre um filtro branco que permitiu que somente uma parte da verdade viesse à luz e não ferisse a consciência social” (Rodrigues, 1974, p. 573).

Por conseguinte, africanos escravizados capazes de enunciar um enredo diferente do proposto pelos senhores foram silenciados, e a história literária não os registrou, já que ela preserva a versão que interessa aos dominadores e sufoca a fala dos vencidos. Em decorrência, o processo de subalternidade e negação da fala, ocorrido nas plantações, permanece vivo quando o subalternizado é impedido de falar, não mais fisicamente, mas politicamente, diante das dificuldades de se tornar uma pessoa escritora, publicar um livro, chegar ao cânone literário ou ser aceito como um escritor objetivo, e não apenas subjetivo. Principalmente pelo fato de o ideal ser aquilo que permanece como atribuído de valor, e assim, “as obras que pertencem ao cânone literário nacional correspondem, aparentemente, a um ‘ideal’ de sua produção, obras que parecem corporificar o universal” (Kothe, 2020, p. 123).

Esse corpo, obviamente, é bem delimitado, visto o processo de silenciamento da voz negra e indígena, que ratifica a colonização de narrativas, uma vez que, mesmo tendo a capacidade da fala e da escrita, as populações racializadas são deslegitimadas em suas falas. Assim, o cânone literário continua com uma base europeia, não fiel à diversidade da América Latina, mas sim àquela perpetuada pelo hispânico e lusitano, que constroem protagonistas e coadjuvantes. Esse é o caso da população negra, vista historicamente como

subalterna e impossibilitada de narrar as próprias experiências em primeira pessoa, sempre com um terceiro aparecendo para relatar, como se não houvesse memória. Caso contrário, conforme Hartman, a identidade perdida da pessoa escravizada é uma escavação nos arquivos: “Recordar os mortos é remendar linhas rompidas de descendência e filiação. Nesse sentido, a lembrança está envolvida com reclamar o passado, apaziguar os ancestrais e recuperar as origens dos descendentes dessa dispersão. Lembrar a escravidão é imaginar o passado como a ‘fábrica de nossas próprias experiências’, agarrando-o como se fosse ‘a chave para a nossa identidade’” (Hartman, p. 929).

Assim, nas escolas, parece que a população negra começa com a escravidão, como alguém sempre dominado, em contínua perda. Essa visão torna o negro uma pessoa subalterna, já que, como relata Hartman (2021, p. 196), “Em toda sociedade escravista, os senhores procuram erradicar a memória dos escravos, ou seja, eliminar todas as evidências de uma existência anterior à escravidão”. Sem passado, não há saudade, não há vingança. Quando não se reafirma nas escolas, nos livros literários, a realidade da escravidão, formamos uma geração de esquecidos, que sofrem com “um passado traumático que é reencenado através do racismo cotidiano” (Kilomba, 2019, p. 213). O apagamento através do silenciamento distancia o passado escravista, com a tentativa de apagar a memória e a possibilidade de uma reparação histórica.

Contudo, a literatura não é necessariamente um instrumento de alienação. Quando o subalterno fala através dela, essa pode ser uma forma de fuga e de inserção, ou seja, da mesma forma que o texto literário liberta as amarras da dura realidade, podendo dar espaço a uma ficção esperançosa, ele é capaz, também, de inserir a pessoa subalternizada em um local onde essa “não” está ausente, mantendo a memória viva e dando a devida voz. Ou como afirma Conceição Evaristo (2007, p. 20):

Se a leitura, desde a adolescência, foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também, desde aquela época, abarcava essas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção, para mim, pedia a escrita. E se, inconscientemente, desde pequena, nas redações escolares, eu inventava outro mundo, pois, dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de autoafirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra.

Esse movimento de fuga da realidade, para Dénètem Touam Bona (2021), não é um ato covarde, mas uma arte que “traça a linha de fuga do espaço colonial; ela igualmente gera, no mesmo movimento criador, espacialidades inauditas” (Touam Bona, 2021, p. 18). A fuga ocorria fisicamente com os *maroons*; hoje, ocorre metaforicamente na forma da mistura entre ficção e realidade. Como faz Evaristo em seu livro *Becos da Memória* (2008), em que se fundem memória e invenção para preencher as lacunas causadas pelo esquecimento do tempo. Há a inserção através da memória viva presente em todo o livro, que nos leva direto ao passado de uma favela de Minas Gerais, e também a fuga, causada pela ficção que se incorpora à realidade.

Tanto em *Becos da Memória* como em *Olhos d'Água* (2014), vemos a literatura representada através de outro espectro, contada a partir de uma voz com vivência e memória – uma escrevivência. A partir de um passado próprio e uma ficção também própria, quase confundimos a voz da autora com a voz da narradora: “Também já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade; é ali que explode a invenção” (Evaristo, 2017, p. 12). Deixando à pessoa que lê a obra a sensação de que ali se narra a verdade e a realidade como provenientes da memória, quase expondo a ficção como expressão da realidade vivida, uma escrevivência em que “Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha. Insinuo, apenas, que a literatura marcada por uma escrevivência pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Esta con(fusão) não me constrange” (Evaristo, 2017, p. 13).

Por isso, a escrita para a autora é um modo não apenas de fuga da realidade, mas também de inserção, uma vez que a literatura vai além da história ou da ciência, que têm compromisso com a verdade, pois pode inserir a classe dominada em locais que a realidade não permite ou até contar narrativas reais que não são representadas ou não são enfatizadas o suficiente pela história. Desse modo, a fuga não é uma forma de escape, mas sim de criação, como afirma Touam Bona (2021, p. 18): “fugir não é ser posto para correr, mas, ao contrário, é fazer vazar o real”. De certa forma, a criação, a parte fictícia presente nos livros de Conceição Evaristo, ao se confundirem com memória, fazem vazar o real, criam realidades, subterfúgios.

O ato de escrever, portanto, permite uma fuga criativa, uma fuga que impõe a existência do sujeito como protagonista de sua própria história, criando sua perspectiva que, por muito tempo, foi calada. Escrever é ultrapassar os limites de percepção da vida: “Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que, se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo” (Evaristo, 2007, p. 20). No caso de um ato empreendido por mulheres negras, com sua transitoriedade por diferentes espaços culturais, há um sentido de insubordinação oriundo de sua presença, como um corpo no mundo que não devia estar lá; por conseguinte, a insubordinação torna-se um meio evidente de anunciar suas próprias narrativas, que “muitas vezes, desde uma escrita que fere ‘as normas cultas’ da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007, p. 20).

Um incômodo provocado pelo ato de falar da escrevivência, pois, nessa aglutinação de palavras, Conceição Evaristo expressa sua vivência como mulher negra pobre em uma escrita que leva à insubordinação. A escrevivência pede, em si, a existência de uma memória, de uma vivência, e retorna à mistura da ficção com a realidade, da ideia de fuga e inserção. Desse modo, a literatura de Evaristo, ao enfatizar a vivência preta e periférica, expõe a realidade do preto brasileiro através de seu próprio olhar, com uma visão poética acerca de locais de muito desalento. Assim, nessa literatura, não há o esquecimento da vivência, mas sim a possibilidade de inserção através da ficção e das palavras escritas no papel. O conceito de ficção, por conseguinte, não deve ser visto como oposição à realidade, já que a ficção tem como papel justamente se desprender das amarras do real, não pertencendo nem ao real nem ao falso, como afirma Juan José Saer (2009, p. 2): “a ficção se mantém à distância tanto dos profetas do verdadeiro quanto dos eufóricos do falso”. É nesse sentido que a ficção, além de fuga, se torna também uma forma de inserção ao se soltar dos limites da realidade:

A ficção, desde suas origens, soube emancipar-se dessas cadeias. Mas que ninguém se confunda: não se escreve ficções para se esquivar, por imaturidade ou irresponsabilidade, dos rigores que o tratamento da ‘verdade’ exige, mas justamente para pôr em evidência o caráter complexo da situação, caráter complexo de que o tratamento limitado ao verificável implica uma redução abusiva e um empobrecimento. Ao dar o salto em direção ao inverificável, a ficção multiplica ao infinito as possibilidades de tratamento. Não dá as costas a uma suposta realidade objetiva: muito pelo contrário, mergulha em sua turbulência, desdenhando a atitude ingênua que consiste em pretender saber de antemão como é essa realidade (Saer, 2009, p. 2).

Assim, é ainda mais relevante quando voltamos a ressaltar que as amarras do real são ainda mais fortes ao se tratar da colonização contínua, em que a fala ainda é marcada por subalternidade, pois a escrita pode alcançar lugares ao desprender-se do real. Desse modo, ao fazer uso do fictício, Evaristo consegue, então, multiplicar suas possibilidades já existentes em suas narrativas, em suas escrevivências. A fuga cria novas possibilidades que talvez sequer sejam possíveis no mundo real. Nesse caminho, tomando posse da fala literária, o/a escritor/a consegue tomar posse também de sua memória, já que suas vivências estarão inevitavelmente em sua escrita. Ter uma infância marcada pela negritude e pela periferia é algo que transpassa os sentimentos e sentidos, pois ali a escravidão se manifestará em tudo, e a escrita, para Evaristo (2014, p. 109), “é uma forma de sangrar”. Ou seja, a escrita da pessoa subalternizada é marcada pelas condições de sua subalternidade.

Por isso, a escrevivência é extremamente importante, já que, tendo a vivência do racismo cotidiano em sua memória, uma pessoa negra terá sua escrita marcada por essa vivência pesarosa. A voz da subalternizada, que já foi calada à força, grita de uma forma diferente. Essa voz grita a escrevivência que sofre as consequências da colonização contínua e tende a ser ignorada pela literatura brasileira. Inclusive, o cânone literário, sendo pertencente à classe dominante, à branquidade, o olhar sobre a mulher negra não podia ser diferente:

A literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor (Evaristo, 2005, p. 52).

Por esse motivo, é habitual que, quando as escritoras são negras, enfatizem suas vivências numa maneira de autorrepresentação, algo necessário à insubordinação. O protagonismo negro não é suficiente quando é escrito da perspectiva dominante; é necessária a escrevivência, que parte de um ponto de

vista que foi silenciado por muito tempo e até hoje sofre com o racismo cotidiano. Assim, a existência de uma leitura sustentada por estereótipos, invisibilizando as mulheres negras, incita a reexistência, em que “o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do ‘outro’ como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira” (Evaristo, 2005, p. 54). Não se limitando ao sentido estético, mas articulando movimentos em que a vida é fundamento para as especulações; em outras palavras, através das mulheres negras, há “Uma inovação literária que se dá profundamente marcada pelo lugar sociocultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas” (Evaristo, 2005, p. 54).

Esse protagonismo da voz da mulher negra na literatura nega a subalternidade, a voz calada e submissa. O relato da sua história, em seu ponto de vista, manifesta um ato contracolonial, pois expressa trajetórias e não somente teorias. Trajetórias que se recusam a continuar a colonização, pois a memória não foi apagada e não será apagada dos livros publicados. Ou, acompanhando Denise Ferreira da Silva (2019), há uma poética negra feminista que “não somente expõe a perversidade da lógica que transubstancia os resultados da violência total característica da arquitetura colonial em atributos naturais significados por corpos negros, mas identifica e mobiliza o excesso que sustenta a lógica como um índice de uma outra imagem do mundo e das possibilidades que esta abriga” (Silva, 2019, p. 36).

Na audição de narrativas das mulheres negras, a literatura brasileira e de demais países da América Latina expõe a memória de um passado que nos articula e não pode ser velada em prol dos desejos institucionais da pós-abolição, pois a escravidão é contínua, e seu fim perpassa pela escrevivência. Em outras palavras, o grito subalterno contraria a visão colonial por não poder mais ser negado, mesmo que, para isso, como relata bell hooks (2013), seja necessário usar a língua do opressor para ser escutado: “Sei que não é a língua inglesa que me machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limite e defina, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar” (hooks, 2013, p. 224).

Ou ainda, como Grada Kilomba questiona ao se perguntar “quem pode falar?”: “É impossível para a subalterna falar ou recuperar sua voz e, mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz seria escutada ou

compreendida pelos que estão no poder” (Kilomba, 2019, p. 47). Nesse sentido, a impossibilidade subalterna de falar envolve sempre o confinamento da posição de marginalidade e de silêncio prescrito pelo pós-colonialismo. Portanto, não há devolução, visita ao passado ou reparação histórica que mude o passado. É preciso dar o devido destaque acerca da presença de escritoras negras contemporâneas que estão dispostas a mudar o rumo da história, contando-a como ela realmente é.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou tensionar a questão da América Latina como local de subalternização, tendo como exemplo a literatura negra de Conceição Evaristo. Essa subalternização se torna uma recorrência a partir das estratégias coloniais que buscavam “por intermédio de seus acadêmicos, havia incutido fundo na mente do colonizado que as essências permanecem eternas, a despeito de todos os erros imputáveis aos homens. Essências ocidentais, bem entendido” (Fanon, 2023, p. 39). Essa visão de pessoas subalternizadas deve-se, em grande medida, à presença da população indígena e negra como predominante em todo o território, que demarcaria uma região repleta de selvagens e mercadorias, pois ali justificaria a colonização desde a conquista de novas terras até a propagação do evangelho entre os pagãos. Além disso, todas essas justificativas se fundamentam pelo caráter racial, que, como explica Mbembe (2018, p. 122): “No argumento colonial, a raça sempre aparecia ao mesmo tempo como uma matriz material, uma instituição simbólica e um componente psíquico da política e das consciências imperiais”. A escravidão, presente nas estruturas sociais latino-americanas, tornou-se um elemento persistente dessa lógica de subalternização. Para garantir sua permanência como tema não debatido, ela foi integrada a uma política da memória baseada no esquecimento.

Essa política de silenciamento opera por meio do esquecimento. Em contraposição, a proposta de Hartman questiona os limites dos arquivos históricos e nos convida a considerar a escrita literária como espaço de resistência. Isso é especialmente relevante na América Latina, concebida como uma “zona do não-ser”, onde a escravidão moldou profundamente as estruturas sociais. Com isso, concordamos que: “A tarefa de escrever o impossível (não o fantasioso ou o utópico, mas ‘histórias tornadas irreais e fantásticas’) tem como pré-requisitos o acolhimento ao provável fracasso e a prontidão para aceitar o

caráter contínuo, inacabado e provisório desse esforço, particularmente quando as disposições do poder ocluem o próprio objeto que desejamos resgatar” (Hartman, 2020, p. 33). Um resgate que evoca as histórias impossíveis, que fogem da realidade e expressam outra lógica criativa, pois, mesmo com seus respectivos riscos, há uma resistência ao poder. Para isso, exemplificamos em Evaristo como essa maneira em que a vivência é o impulsionador para determinar as protagonistas de diferentes narrativas, pois, pelas vielas dos *Becos da Memória*, há “uma criação que pode ser lida como ficções da memória. E, como a memória esquece, surge a necessidade da invenção” (Evaristo, 2017, p. 12).

Portanto, a escrita, por sua natureza, é sempre uma construção ficcional. Nesse sentido, nas produções de sujeitos subalternizados, ela opera como ferramenta de resgate. Por meio dela, é possível tornar visível aquilo que foi ocultado ou silenciado pelas normas e convenções sociais dominantes.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Brasil, Companhia das letras, 2019.
- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **O espírito da floresta**. São Paulo: Companhia das letras, 2023.
- TOUAM BONA, Dénètem. Arte da fuga. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 15, p. 18-27, dez. 2021. Disponível em: [ARTE DA FUGA – Piseagrama](#)
- DÓRIA, J. C. de S. Quilombo e favela: resistência e construção social. **Revista Estudos Libertários (REL)**, UFRJ, vol. 2. n.º 4; ed. especial nº 2, 1º semestre de 2020
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2014.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Zahar Editora, 2023.
- GATES, H. L. J. **Os negros na América Latina**. Brasil, Companhia das letras, São Paulo, 2011.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista EcoPós**. v. 23, n.3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640/pdf
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2013, 2013.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2019.
- KOTHE, Flávio. **O cânone colonial**: ensaios. Editora Cajuína, 2020.
- LIMA, M. Fazendo soar os tambores: O ensino de História da África e dos Africanos no Brasil. **Cadernos PENESB**, n.5, Niterói, EdUFF, 2004.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Revista Do Ppgav/Eba/Ufrj**, n. 32, p.124-151, dezembro, 2016.

Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MISSIATO, L. A. F. Memoricide das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.13, n.24, Jan/Jul.2021

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por si mesmo**. São Paulo: Ubu editora, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **O mercantilismo e a América**. São Paulo: Contexto, 1990.

RIBEIRO, Deivide Júlio; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. O Haiti como Memória Subterrânea da Revolução e do Constitucionalismo Modernos. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol.14, N.01, 2023, p.165-192.

RODRIGUES, J. H. Resenha de: The destruction of brazilian slavery. **Revista de História**, [S. l.], v. 48, n. 98, p. 572-573. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132392> Acesso em: 24 fev. 2024.

SAER, Juan José. “O conceito de ficção”. Tradução Joca Wolff. **Sopro**: panfleto político-cultural, n. 15, Desterro [Florianópolis], ago. 2009. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf> Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, Denise Ferreira da. **A Dívida Impagável**. Oficina de Imaginação Política, Living Commons, 2019.